

Documentos audiovisuais como produtos das imagens tecnológicas: inserções histórico-teóricas na Arquivologia

Luiz Antônio Santana da Silva Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, Brasil
ORCID <https://orcid.org/0000-0001-5080-4603>
luizsantana@ufam.edu.br

Carla Caroline Tavares da Silva Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, Brasil
ORCID <https://orcid.org/0000-0003-0601-3753>
carla.lynnesilva@gmail.com

Resumo Este estudo justifica-se devido à necessidade de o gênero documental audiovisual ser reconhecido e tratado como documento de arquivo, uma vez que o tema é pouco difundido e discutido dentro da Arquivologia quanto à inclusão deste nos processos de gestão documental. Para isso, abordam-se os aspectos gerais dos conceitos históricos e teóricos das imagens tecnológicas, a fim de compreender diferentes assimilações e incorporações de documentos audiovisuais (produtos das imagens tecnológicas) nos Arquivos e na Arquivologia; também se apontam novos desafios para tais documentos no ambiente digital. A pesquisa é caracterizada por ser de natureza qualitativa, do tipo descritivo-exploratória, visto que busca debater aspectos conceituais e históricos referentes a imagens tecnológicas e à sua relação com documentos audiovisuais na arquivologia. Como resultado, verificou-se a importância da compreensão dos conceitos teóricos e históricos das imagens tecnológicas, bem como seus produtos e suas características, rumando ao entendimento sobre como lidar com documentos audiovisuais em ambiente de arquivo, seja analógico ou digital. Assim, considera-se a importância de se reconhecer o caráter de arquivo dos documentos audiovisuais em ambiente analógico e dos documentos digitais em formato de vídeo, neste caso, em ambiente digital, uma vez que tal compreensão evita equívocos nos processos de gestão documental aplicada.

Palavras-chave Imagens tecnológicas. Documentos audiovisuais. Formatos de vídeo digital. Arquivologia. Documento de arquivo.

Audiovisual records as a result of technological images: historical-theoretical insertions in Archival Science

Abstract This study is justified due to the need for the audiovisual documentary genre to be recognized and treated as an archival record, since the topic is not widespread and discussed within Archival Science when it comes to inclusion in record management processes. For this, the general aspects of the historical and theoretical concepts of technological images are approached in order to understand different assimilations and incorporations of audiovisual records (products of technological images) in Archives and Archival Science, as well as pointing out new challenges for such records in the environment digital. The research is characterized by being of a qualitative nature of the descriptive-exploratory type, since it seeks to discuss conceptual and historical aspects referring to technological images and their relationship with audiovisual records in Archival Science. As a result, it was verified the importance of understanding the theoretical and historical concepts of technological images, as well as their products and characteristics, moving towards the understanding of how to deal with audiovisual records in an archive environment, whether analog or digital. Thus, it is important to recognize the archival character of audiovisual records, in an analog environment, and of digital records in video format, in a digital environment, since such understanding avoids mistakes in the processes of applied record management.

Keywords *Technological images. Audiovisual records. Digital video formats. Archival Science. Archival record.*



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 23/05/2022
Aprovado em 11/07/2022
Publicado em 29/08/2022

1 INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura social, econômica, tecnológica e informacional – apontada como sociedade da informação e do conhecimento –, a Arquivologia, de acordo Delmas (2010), dentro do seu *status*¹ científico, tem por missão incorporar e envolver a produção, a comunicação, o uso e a manutenção dessas informações, pois se tornaram elementos cruciais do sistema informacional em nível global. Como pontua Silva (2013), as novas formas de produção e registro da atividade humana têm emergido e exigido novas reflexões, assim como novos aportes teórico-metodológicos para lidar com tais transformações inerentes ao contexto da Arquivologia.

Assim, a denominação “sociedade da informação” passa a ser utilizada, nos últimos anos deste século, como substituta para o conceito complexo de “sociedade pós-industrial” e como forma de transmitir o conteúdo específico do “novo paradigma técnico-econômico”. (WERTHEIN, 2000, p. 71).

Essas transformações, de acordo com Silva *et al.* (2021), sempre influenciaram o *modus operandi* do campo arquivístico, estendendo-se também para o campo do saber.

Logo, as informações registradas nesses suportes, que são provenientes dessas transformações ocorridas nos meios de comunicação e informação, à medida que as instituições públicas ou privadas passaram a registrar suas informações nos mais diferentes tipos de suportes documentais, isto é, a fotografia, posteriormente a película até o *Video Home System* – VHS –, os formatos digitais de audiovisual e iconografia não só foram sendo produzidos em larga escala, mas também sendo introduzidos nas unidades informacionais, como reflexo das atividades administrativas dessas instituições (SILVA *et al.*, 2021, p. 469-470).

Desse modo, a proposta deste estudo é promover uma abordagem geral no que tange aos conceitos históricos e teóricos das imagens tecnológicas, a fim de compreender diferentes assimilações e incorporações de documentos audiovisuais (produto das imagens tecnológicas) nos Arquivos e na Arquivologia, bem como novos desafios para tais documentos. É válido mencionar

1 Disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e as técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos. Também chamada arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 37, grifo nosso). *Status* esse reforçado por Bellotto (2002, p. 5, grifo nosso), conforme a seguir: “A arquivística, ainda hoje discutida vivamente se ciência, técnica ou disciplina, por apresentar características próprias de todas elas sem enquadrar-se exatamente nas premissas necessárias a cada uma, e preferivelmente definida, na bibliografia especializada e no dicionário de terminologia arquivística do Conselho Internacional de Arquivos, como disciplina”.

que o mundo da produção da imagem, conforme destaca Santaella (2007), é dividido em três paradigmas: pré-fotográfico, fotográfico e pós-fotográfico. As pinturas, desenhos e gravuras pertencem ao paradigma pré-fotográfico; a fotografia, o cinema, a televisão, o vídeo pertencem ao paradigma fotográfico, pois derivam da técnica fotográfica; as imagens voláteis ou digitais pertencem ao paradigma pós-fotográfico (SANTAELLA, 2007).

Logo, tendo em vista o exposto em relação às imagens tecnológicas, a linguagem e a técnica fotográfica, audiovisual/videográfica, televisiva são distintas entre si, mesmo tendo suas bases na técnica fotográfica, isto é, no paradigma fotográfico (berço dessas linguagens e técnicas), e não podemos entendê-las como sinônimos. Essa concepção é de extrema importância para que possamos entender o contexto de produção documental audiovisual em ambiente de arquivo, uma vez que surgem nos Arquivos: locais em que a produção documental é predominantemente do gênero textual.

Em relação aos documentos audiovisuais, produtos das imagens tecnológicas, o surgimento desse gênero documental deu-se, dentro do campo teórico e metodológico arquivístico, como documentos “especiais”, na década de 1970, conforme pontua Silva (2020). Tal concepção para a nova classe de “documentos e arquivos especiais”, proposta por Paes (1986), ainda tem grande uso na área. Contudo, vários pesquisadores da temática no campo da arquivologia têm direcionado suas pesquisas à observância na desconstrução do conceito inicial especializado dos documentos audiovisuais, pois a Legislação nº 8.159, de 1991, não faz a distinção supracitada, mas, sim, considera como arquivos todos os documentos probatórios, independentemente do suporte da informação.

Assim, após essas nuances e particularidades das imagens tecnológicas e do gênero documental audiovisual nos arquivos, não podemos tratá-los da mesma forma, tampouco seus produtos, que, no caso deste estudo, são os documentos audiovisuais produtos das imagens tecnológicas, oriundas do paradigma fotográfico. Já no caso dos documentos digitais em formato de vídeo (AVI, MOV, MPEG1, MPEG2), estes são oriundos do paradigma pós-fotográfico, por estarem calcados no contexto digital (linguagem binária) (O DILEMA..., 2010).

Quadro 1 – Produção das imagens

PARADIGMAS	DEFINIÇÃO	PRODUTOS
PRÉ-FOTOGRAFICO	Toda imagem produzida sem intervenção tecnológica eletrônica.	DESENHOS, PINTURAS, GRAVURAS.
FOTOGRAFICO	Toda produção de imagens tecnológicas derivada da técnica fotográfica com intervenção	FOTOGRAFIA, CINEMA, TELEVISÃO E VÍDEO: documentos fotográficos,

	tecnológica eletrônica.	cinematográficos e audiovisuais.
PÓS-FOTOGRAFICO	Toda produção realizada em ambiente digital com intervenção tecnológica digital.	IMAGENS VOLÁTEIS OU DIGITAIS: documentos digitais e nato-digitais em formatos de imagem, vídeo, som e texto.

Fonte: elaborado pelos autores, baseados em Santaella (1996, 2007) e Silva (2013).

Como mencionado anteriormente, o gênero documental audiovisual tem sido abordado, tradicionalmente, pela Arquivologia, como “materiais, arquivos ou documentos especiais”², nomenclaturas controversas dentro dos estudos dos teóricos que se debruçam sobre a temática. Assim sendo, tais documentos ganham grande proporção na contemporaneidade, principalmente na segunda metade do século XX, com o advento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), uma vez que as TIC impulsionam a produção massiva das imagens tecnológicas, de onde provém toda produção audiovisual nesse contexto. Desse modo, rever conceitos em busca de referenciais teóricos e metodológicos que abordem questões voltadas à inserção dos documentos audiovisuais nos processos de gestão documental, assim como nos seus instrumentos, visando contribuir com os processos decisórios, é um dos pontos que necessitam estar nas pautas dos estudos arquivísticos com mais frequência.

Neste novo cenário, a Arquivologia não pode ater-se apenas aos suportes tradicionais no que tange à gestão da informação orgânica, uma vez que novos suportes de registro de informações ascendem em grande escala na atualidade, como é o caso das imagens voláteis (as digitais – compostas por linguagem binária) (O DILEMA..., 2005). Em meio a aspectos multiformes que tais documentos apresentam, questões assim levantadas despertam divergências entre os teóricos da área, mas também promovem avanços que despontam para a construção de novos referenciais teórico-metodológicos voltados a este tipo de documentação nos ambientes informacionais.

Entretanto, problemas oriundos da discussão calcada na temática, além de concepções da Arquivologia de documentos audiovisuais que ainda são pautadas na década de 1970 são frequentes. Por exemplo, a deficiência em reconhecer a organicidade de documentos audiovisuais dentro dos Arquivos, bem como todas as características que os definem ainda não são imputadas no momento da produção documental. Por causa disso, há um regime de exceção empregado para tais documentos no processo de gestão documental e, conseqüentemente, a não inserção ou

² A problemática em relação às nomenclaturas surge no 1º Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), no Rio de Janeiro (1972), onde foi apresentada a proposta do currículo mínimo do Curso Superior em Arquivo e, conseqüentemente, a criação de dois novos conceitos de arquivo que refletem características peculiares à natureza dos documentos: arquivos especiais e arquivos especializados (PAES; MARQUES, 1972).

inserção inadequada deles nos instrumentos de gestão. Desse modo, tais documentos, oriundos da produção da informação orgânica, são registrados em suportes magnéticos ou digitais; algumas práticas inadequadas, contudo, acabam se perpetuando pela falta de abordagens conceituais apropriadas na área. Diante disso,

[...] é indispensável que os órgãos responsáveis em formular políticas nacionais de gestão de documentos pensem maneiras de conciliar as especificidades, a teoria arquivística, os direitos autorais e demais questões legais, com vistas à organização arquivística, quando esses documentos forem de arquivo, ressaltando que o documento de arquivo prova, além de promover lazer, cultura ou comunicação quando fora do ambiente de arquivo, excluindo, assim, nesse contexto, o *status* de obra que lhe é atribuído e, conseqüentemente, a destinação à guarda permanente desses documentos (SILVA; MADIO, 2013, p. 53).

Assim sendo, a abordagem acima visa contribuir para o campo arquivístico, pois se caracteriza como um estudo pouco abordado na área e que busca desenvolver novos referenciais teórico-metodológicos para sanar questões levantadas, as quais dizem respeito às dimensões teórica, conceitual, metodológica e aplicadas no campo do saber e do fazer arquivísticos. Ademais, tais subsídios, provenientes da discussão teórica, fornecem meios teóricos e metodológicos de lidar com a produção e com a gestão da informação orgânica, a qual é registrada em documentos audiovisuais ainda dotados de valor primário, de maneira mais alinhada aos preceitos arquivísticos.

Identificamos como problemática, dentro da Arquivologia, a falta de abordagem quanto à inserção de documentos audiovisuais (analógicos ou digitais), como sendo produtos das imagens tecnológicas em ambientes informacionais orgânicos. A reflexão dessa temática, tendo como ponto de partida as imagens tecnológicas, fornece subsídios para solucionar problemas oriundos de discussões limitadas, traçando novas perspectivas e novos rumos dentro da Arquivologia a respeito deste gênero documental.

No mais, justificamos o desenvolvimento dessa abordagem devido à necessidade do gênero documental audiovisual ser reconhecido e tratado como documento de arquivo e como fruto da demanda da evolução dos suportes e novos tipos de documentos, com a finalidade de registrar informações orgânicas, sendo de fins probatórios primordialmente e de fins de constituição de memória institucional e organizacional *a posteriori*. Tal reflexão sobre o tema é necessária, uma vez que é pouco difundida e discutida dentro da Ciência da Informação e suas subáreas, como, por exemplo, a Arquivologia, ao se referir a documentos audiovisuais dentro de arquivos.

Nesse sentido, temos por objetivo geral abordar os aspectos gerais dos conceitos históricos e teóricos das imagens tecnológicas, a fim de compreender diferentes assimilações e incorporações de documentos audiovisuais, como produtos das imagens tecnológicas nos Arquivos e na Arquivologia. Partimos desse objetivo tendo como base o paradigma fotográfico e o pós-fotográfico, bem como os usos e as funções sociais destes produtos. Nesse último caso, a finalidade é compreender, mais especificamente, diferentes assimilações, incorporações e os novos desafios frente à informação orgânica e às mudanças ocorridas pelo processo de Transformação Digital no campo do saber e do fazer arquivístico.

Para isso, como objetivos específicos, discutimos os aspectos históricos e teóricos das imagens tecnológicas e suas relações com a Arquivologia; os conceitos de documento de arquivo e de documentos audiovisuais; o posicionamento da Arquivologia frente ao caráter arquivístico dos documentos audiovisuais; a caracterização do documento audiovisual como documento de arquivo, produto de imagem tecnológica da linguagem e técnica audiovisual; e o perfil do documento audiovisual e suas nuances em ambientes arquivísticos.

Assim, tendo em vista os resultados deste estudo – obtidos a partir da discussão teórica acerca da inserção do documento audiovisual (analógico e digital) em ambiente arquivístico e, conseqüentemente, da atribuição do *status* de documento de arquivo – esperamos contribuir com novos referenciais teórico-metodológicos. Instrumentos esses que cooperam para a gestão e tratamento adequados a esses documentos ainda munidos de valores primários, que são frutos das transformações digitais ocorridas nos processos administrativos. Ademais, este estudo consiste em reflexões inerentes à Transformação Digital e Arquivologia, de modo que pensar a inserção destes documentos nos processos de gestão documental, assim como na preservação digital arquivística sistêmica são elementos cruciais e indispensáveis à área e aos seus profissionais.

2 ABORDAGEM HISTÓRICA E CONCEITUAL DAS IMAGENS TECNOLÓGICAS E SUAS RELAÇÕES COM A ARQUIVOLOGIA

A variedade que os suportes dispõem – do papel à menor unidade de armazenagem digital (*bit*) – reclamam uma discussão aprofundada e consistente quanto aos seus aspectos e à forma como se apresentam dentro do universo da Ciência da Informação e suas subáreas. Pontuar uma discussão teórica a respeito de conceitos, características, gêneros, definições, formatos, semelhanças e diferenças, o perfil dos documentos audiovisuais dentro de arquivos no momento

da produção documental, assim como a forma como são refletidos nesses ambientes é uma tarefa que exige empenho.

Desse modo, como produto de discussões e de reflexões em relação ao tema, obtêm-se novas perspectivas de abordagem desse tipo de documentação dentro de ambientes informacionais, que despontam para a construção do conhecimento arquivístico. No mais, reafirmamos que, dentro dos estudos arquivísticos tradicionais, a abordagem de arcabouço teórico-prático, no que tange à inserção de documentos audiovisuais nos processos de gestão documental, dentro de ambiente de arquivo, revelam-se ainda incipientes, quase nulos.

Em virtude do suporte, técnica, linguagem, gênero e formatos diferenciados, postos para o registro e produção de documentos audiovisuais, esse gênero documental tem sido comumente apartado dos conjuntos documentais. Por isso, esses produtos das imagens tecnológicas (calcados na técnica e linguagem audiovisual) têm recebido tratamento diferenciado, sendo excluídos dos processos de gestão documental, recebendo tratamentos fora dos princípios e técnicas arquivísticos, perdendo a relação orgânica e o caráter arquivístico documental. Contudo, compreendendo a linguagem audiovisual e suas especificidades de composição e produção, é possível sanar essas lacunas, além de propiciar a identificação da função e intencionalidade que deram origem a esses documentos. Tal compreensão acaba favorecendo o possível estabelecimento de espécie e tipo documental, proporcionando a inserção no plano de gestão documental e, conseqüentemente, estabelecendo a forma de documento de arquivo.

Nesse sentido, um fator preponderante para a compreensão dessas informações, que têm sua produção calcada na linguagem audiovisual e iconográfica, são os paradigmas fotográficos. Como aponta Santaella (2007), o mundo da produção da imagem é dividido em três paradigmas: pré-fotográfico, fotográfico e pós-fotográfico, conforme já abordado. As pinturas, desenhos e gravuras pertencem ao paradigma pré-fotográfico; a fotografia, cinema, televisão e vídeo pertencem ao paradigma fotográfico, pois derivam da técnica fotográfica; as imagens voláteis ou digitais, por seu turno, pertencem ao paradigma pós-fotográfico, de modo que o computador funciona como uma mídia semiótica (SANTAELLA, 1996, p. 209). É válido destacar que

[...] o mais relevante, no entanto, está no poder transductor que apresenta. Não mastiga apenas números, mas converte para sua linguagem binária e reconverte à sua forma original textos, imagens e sons; enfim, quaisquer signos que possam porventura ser capturados em seus circuitos integrados. [...] não é por acaso que as tradicionais tecnologias de geração mecânica e mesmo eletrônica estão, todas elas, sendo convertidas ao digital (SANTAELLA, 2007, p. 207).

Entendemos que a linguagem e a técnica fotográfica, audiovisual, televisiva, videográfica são distintas, mesmo tendo suas bases na fotografia enquanto técnica, isto é, no paradigma

fotográfico. Sendo assim, não podemos tratá-las como iguais, tampouco seus produtos. De acordo com Schaeffer (1996, p. 13), a identidade da imagem só pode ser captada partindo de sua gênese. Ora, conforme mudam-se o dispositivo e o modo de produção da imagem, quer dizer, conforme ocorre mudança de sua morfogênese, mudam-se também seu regime de visualidade, sua natureza e a maneira pela qual ela nos dá a conhecer a realidade.

Mais do que isso, como afirma Santaella (2007, p. 353), “cada nova tecnologia da imagem nos obriga a repensar o estatuto do próprio conhecimento”. Portanto, fotografia, cinema, televisão e vídeo são distintos, bem como seus produtos e suas finalidades. E é partindo desses paradigmas, isto é, o fotográfico e o pós-fotográfico, que a abordagem deste estudo se apresenta, visando estabelecer convergências e sentidos para o âmbito da Arquivologia.

Deste modo, as informações registradas nos suportes audiovisuais e digitais, à medida que as instituições públicas ou privadas passaram a registrar suas informações nos mais diferentes tipos de suportes documentais, não só foram sendo produzidas em larga escala, mas também sendo introduzidas nas unidades informacionais, como reflexo das atividades administrativas dessas instituições. Nesse sentido, como pontuam Silva *et al.* (2021, p. 470), no que tange aos gêneros documentais aqui abordados,

[...] a forma como são produzidos (técnicas, linguagens, meios, suportes, sentidos, signos) tende a se perpetuar dentro desses locais natos de sua produção, fomentando, assim, os interesses de construção de imagem institucional. Já os critérios de tratamento documental, em suma, são voltados à recuperação da informação em detrimento da sua produção original – o motivo pelo qual fora criada – com vistas a fomentar o processo decisório (SILVA *et al.*, 2021, p. 470).

Assim sendo, esta pesquisa tem como universo de estudo os novos documentos mencionados, isto é, aqueles que são produtos das imagens tecnológicas e das imagens voláteis ou digitais, isto é, documentos digitais em formato de vídeo, os quais estão sendo produzidos nas organizações. Estudar este gênero documental e suas nuances, junto ao fazer arquivístico, no que tange à compreensão, à elaboração e à implantação de políticas arquivísticas de gestão e de preservação digital, é imprescindível para que tais estratégias possam ser implementadas da forma mais adequada.

3 DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL E SUAS NUANCES EM AMBIENTES ARQUIVÍSTICOS

Primeiramente, é importante definir o que tratamos como documentação audiovisual, ou seja, esse gênero documental, que é um produto das imagens tecnológicas, sendo pautado no paradigma fotográfico. Para isso, consultamos o Dicionário de Terminologia Arquivística (BELLOTO;

CAMARGO, 1996, p. 27), em que a definição de documentação audiovisual é a seguinte: “gênero documental que utiliza como linguagem básica a associação do som e da imagem”. Nesse mesmo viés, Silva (2013, p. 45) diz que documento audiovisual é “[...] somente aquele munido de linguagem audiovisual, isto é, som e imagem simultaneamente, que produzem a sensação de imagem em movimento”.

Ambas as definições vão ao encontro da etimologia do termo audiovisual, como podemos verificar no Dicionário de Língua Portuguesa Houaiss (HOUAISS, 2009, p. 343, grifo nosso), conceituando audiovisual aquilo que “[...] se destina a ou visa **estimular os sentidos da audição e da visão simultaneamente** (diz-se de qualquer comunicação, mensagem, recurso material etc.). 2. que se **utiliza som e imagem** na transmissão de mensagens (diz-se meio de comunicação)”. Para embasar o *status* arquivístico de documentos produzidos em suportes magnéticos, digitais, produtos de imagens tecnológicas, consultamos a Lei nº 8.159 de 1991 (Lei de Arquivos), em seu Art. 2º, segundo o qual

Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (BRASIL, 1991).

Uma vez tendo clara a compreensão do que são documentos audiovisuais, bem como seu caráter arquivístico, a necessidade de aprofundar a discussão sobre a forma como esses documentos se apresentam dentro de ambientes informacionais é indispensável. Propor formas adequadas de gerenciá-los, seja em ambiente analógico ou digital, faz-se extremamente urgente, pois os avanços tecnológicos, obsolescências de formatos, suportes, *softwares* e *hardwares* são velozes, assim como o surgimento de novas tecnologias.

Em se tratar de gestão arquivística que contemple a documentação audiovisual (analógica ou digital), as necessidades metodológicas não são distintas dos ditos documentos tradicionais, a saber os textuais. Para Lopez (2000), o documento que é produto de imagens tecnológicas não é distinto de um documento textual. Ele está sujeito às mesmas necessidades metodológicas de organização, às mesmas funções arquivísticas empregadas aos demais gêneros documentais. Lopez (2000) deixa explícito que ambos devem respeitar os princípios arquivísticos que lhe são impostos, com a finalidade de fornecer ao consulente toda informação possível contida naquele documento.

Com relação ao tratamento dado aos documentos, independentemente do suporte, respeitando os princípios arquivísticos, é correto se embasar na ideia supracitada. Mas é

necessário que haja cautela em relação a isso, pois muitas instituições, públicas ou privadas, não veem dessa maneira, justamente pela diferença do suporte ou pela técnica empregada na produção do documento, além de não compreender a linguagem utilizada nessa produção. A documentação audiovisual apresenta algumas especificidades técnicas diferentes da documentação textual, como, por exemplo, a variedade de formatos, dependência de equipamentos para acesso, uso e disseminação, questões de direitos autorais e de imagem, além do simples fato de não estar no suporte tradicional que o usuário e os profissionais da informação já estão mais familiarizados.

Em vista dessas características, a documentação em foco é vista com olhar diferenciado em relação aos documentos textuais. Seguindo o mesmo raciocínio, Edmondson (2017) aponta que os documentos audiovisuais merecem ser descritos em termos do que são, e não do que não são. Expressões tradicionais como “não livros”, “não texto” ou “materiais especiais” – comuns na linguagem das profissões da documentação – são inapropriados. Não seria igualmente pouco proveitoso descrever livros ou arquivos de correspondência como materiais “não audiovisuais”? Não há lógica na implicação que um gênero documental é “normal” ou “padrão” e que todos os demais gêneros, definidos em relação ao padrão, têm uma posição hierárquica inferior, destaca Edmondson (2017).

Continuando no tema “materiais especiais”, Paes (1986) expõe seu ponto de vista sobre a questão, pois foi a autora que deu origem aos conceitos de “arquivos especializados e especiais” no Brasil, na década de 1970. Para Paes (1986), documentação audiovisual é tratada como “arquivos especiais” e, em sua definição, o termo é englobado por características da documentação, que vê, na arquivologia, princípios e técnicas para sua correta organização, diferentemente daquelas empregadas aos documentos textuais. Tais características definem-se pelo suporte, acondicionamento, registro, controle e conservação, diferenciando-os, dessa maneira, dos documentos textuais, e, por essas características, merecem tratamento diferenciado (PAES, 1986).

A premissa de Paes (1986) vai de encontro aos princípios arquivísticos e ao próprio conceito de arquivo expresso no artigo 2º da Lei nº 8.159 de 1991, uma vez que o dispositivo legal prega que são arquivos todos os documentos produzidos e recebidos, como reflexo de atividades, independentemente do suporte da informação. Além disso, logo na sequência, o artigo 3º diz que esses conjuntos documentais necessitam de gestão documental para franquear o acesso à informação e a documentos aos cidadãos brasileiros. A seguir, os artigos mencionados:

Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Art. 3º - Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (BRASIL, 1991).

Mesmo assim, o olhar diferenciado voltado aos documentos audiovisuais ainda é empregado pela Arquivologia, pelo motivo de sua forte tradição documental textual e analógica ser bem marcante. Durante muito tempo, preocupada somente com os documentos textuais, a Arquivologia atentou-se pouco para o tratamento de documentos ditos não textuais (CIRNE; FERREIRA, 2002). Dessa forma, os documentos audiovisuais foram considerados como documentos especiais e, por muito tempo, até nos dias atuais, ainda recebem cuidado diferenciado, sendo desprovidos de qualquer princípio arquivístico na sua gestão e tratados como coleções, “arquivos especiais” e “especializados” (SILVA, 2020).

É certo que cada suporte possui suas especificidades, contudo, documentos de arquivo, independentemente do suporte, devem conter, em sua gestão, os princípios arquivísticos que regem a documentação de arquivo, seja em ambiente analógico ou digital. Reforçando essa ideia, Cirne e Ferreira (2002) mostram que as especificidades de cada um dos suportes de arquivo devem ser examinadas em respeito aos princípios que assentam a disciplina Arquivística.

Assim, “os princípios que regem as funções de avaliação, classificação, aquisição, descrição, comunicação e conservação permanecem os mesmos para todos os arquivos”, aos quais devem ser aplicados métodos de tratamento específicos para dar conta das características inerentes aos diferentes suportes de informação (CIRNE; FERREIRA, 2002, p. 117).

Smit (1993) segue o mesmo caminho em relação ao gênero documental aqui estudado, mostrando que essa documentação audiovisual não é vista, geralmente, como documentação que possa ser utilizada posteriormente como fonte de pesquisa ou como apoio à tomada de decisão. O tratamento arquivístico adequado a esses documentos demanda conhecimentos específicos de profissionais para prover sua utilização ao usuário. Como mostra Lopez (2004), os acervos que trazem consigo documentos audiovisuais tendem, muitas vezes, a desconsiderar os princípios da organização arquivística, de modo que se valoriza o conteúdo informacional, e não o contexto de produção documental. Tratando, assim, tais documentos como documentos de biblioteca ou objetos museais, aplicando uma "organização", agregando-os de acordo com a técnica empregada na produção da imagem (organização por suporte e gênero documental).

Leite (1993) também aborda a questão do tratamento dado a esse gênero documental. Ela relata que, muitas vezes, estabelecer parâmetros para essa documentação é impossível, sendo que seu caráter difere da documentação textual e nossos princípios e técnicas estão pautados no *modus operandi* tradicional. No que remete à diferença do caráter textual ao audiovisual, é preciso ressaltar que uma das diferenças encontradas são as características do suporte, da linguagem e da técnica de produção, além das formas de acondicionamento; apenas o processo de gestão documental aplicado não se difere dos demais.

A documentação a que esta pesquisa se refere, por causa das nuances supracitadas, é abordada como mostruário ou complemento textual, ou documentos de apoio, como chama Jenkinson (1922), omitindo suas próprias informações, intenções, motivações e interpretações; tornando irrelevante a busca de um significado próprio das imagens e sons, além dos motivos que levaram à sua produção. Outro ponto é abordado por Heredia-Herrera (1993), que mostra a importância de se conhecer esses documentos e as formas de tratamento, para eleger e aplicar metodologias que possibilitem o aproveitamento total da informação contida nesses documentos, respeitando sua produção original. Dessa maneira, é possível que obtenhamos clareza para estabelecer procedimentos arquivísticos adequados na fase de produção, tratamento, armazenagem e uso.

Bellotto (2004) aborda o cuidado que se deve tomar quando falamos em tratamento aplicado aos documentos. É destacada a noção de *respect des fonds* (ordem de respeito aos fundos), a qual é primordial para realização do fazer arquivístico, a fim de não se misturar documentos de diferentes instituições ou mutilar conjuntos documentais, rompendo com a proveniência e organicidade. Schellenberg (2004) empenha esforço pela compreensão de outros gêneros documentais em ambiente de arquivo, assim como o tratamento proposto a esses documentos. Em relação à proposta do autor quanto ao arquivo moderno, é importante compreendermos e definirmos o que é entendido como documento de arquivo pelo autor:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2004, p. 40).

Nessa definição é possível compreender que o autor tem ciência de que o documento de arquivo não é somente papel. Essa consciência está expressa quando propõe que documentos de arquivo são também fotografias e outros gêneros documentais, independentemente de sua forma

física ou característica. Essa é uma definição que vai ao encontro do conceito de arquivo expresso na Lei Federal nº 8.159 de 1991, artigo 2º, em que também é dito que são considerados arquivos os documentos com qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza desses documentos, conforme supramencionado.

Em contrapartida, Lacerda (2008) mostra a dificuldade de Jenkinson (1922) em definir o conceito de documentos de arquivo no novo cenário, mas, mesmo assim, faz menção aos “novos materiais”, aos “novos métodos” e à forma de se fazer negócios e transações administrativas por meio deles. Sendo assim, de forma pontual, encontramos registradas no manual de Jenkinson, *A manual of archive administration* (1922), alusões aos materiais iconográficos, gráficos, sonoros e fílmicos na condição de anexo. Fato apontado por Lacerda (2008), ao trazer o posicionamento de Jenkinson para tais documentos, como, por exemplo, cartas em que podem vir integrados retratos, gravuras ou mapas, constituindo estes últimos, ao lado de plantas, os itens mais comumente anexados ou incorporados a documentos textuais.

Contudo, analisando o trabalho de Jenkinson (1922), Lacerda (2008) nos fala das mudanças ocorridas na moderna administração, também menciona os novos tipos documentais existentes, assim como a preocupação que o arquivista deverá ter. Como exemplos de tal complexificação das instituições são elencados maior produção de documentos, o surgimento de novas tecnologias e de novos tipos documentais. Lacerda (2008) também menciona que a máquina administrativa tem produzido documentos em novos formatos – gravações sonoras, filme fotográfico, entre outros –, que colocam ao arquivista uma série de novos problemas mais complexos do que a visão de Jenkinson poderia abarcar em 1922.

Embora Jenkinson (1922) faça essa diferenciação referente ao tratamento dos documentos, ainda reforça a entrada de “novos materiais” ao arquivo, quando diz que os materiais serão acrescentados de modo inevitável. De modo geral, nota-se uma preocupação com a conservação acima de tudo, sem dar devida importância para qualquer tratamento intelectual arquivístico. Tal preocupação com a preservação desses “novos materiais” leva à denominação “materiais especiais”, o que é uma ideia completamente equivocada, rechaçada por Edmondson (2017), ao ser taxativo no uso inadequado do termo “materiais, arquivos ou documentos especiais”. Infelizmente, o culto a conservação de documentos audiovisuais tem sido frequente, tornando-se uma marca do campo teórico-prático arquivístico.

Retomando ao pensamento de Schellenberg (2004), o autor tem uma preocupação e reconhecimento maiores que Jenkinson (1922), postura alinhada a Edmondson (2017). Segundo

Schellenberg (2004), os filmes cinematográficos, quando confeccionados ou recebidos por uma administração no exercício de sua função, podem ser considerados como documentos de arquivo. Tendo em vista as cópias desses filmes, elas equivalem às duplicatas de livros, podendo, dessa maneira, estarem disponíveis por meio da biblioteca, com finalidade de recreação e educação.

É possível notar a preocupação de Schellenberg (2004) em compreender o documento audiovisual no contexto de sua produção em ambiente de arquivo, quando cita que, se forem produzidos ou recebidos por uma administração no exercício de sua função, tal documento pode ser caracterizado como de arquivo. Como destaca Cordeiro (2000), a questão do significado das imagens, bem como dos seus usos e dos propósitos de criação impactam diretamente os processos arquivísticos de gestão documental, bem como a compreensão dessa produção. Ainda segundo o pesquisador,

Estas são elaboradas, muitas vezes, de acordo com o universo de conhecimento e trabalho de seu autor e se prestam a diferentes objetivos de produção e uso. Uma mesma imagem serve a diferentes propósitos, mas com objetivo inicial de sua criação deve ser resgatado, pois foi produzida para um espectador previamente definido (...) (CORDEIRO, 2000, p. 16).

A imagem é polissêmica (possui vários significados), por isso se deve observar seu contexto de origem e os motivos que levaram-na à produção. A partir desse pressuposto, podemos obter o significado da imagem quanto à função: aquilo que ela representa. Para compreendermos a imagem como um documento orgânico, devemos ter claro não somente o registro que está no suporte, mas também os motivos que a produziram, não a tomando diretamente como prova ou evidência de algum fato ocorrido sem sua devida contextualização. Como pontua Sontag (2004), o significado das imagens é muito distinto daquele encontrado no registro; o sentido e os significados não são os mesmos do momento da produção daquela imagem, por esse motivo, temos que nos firmar na geração e produção para compreendermos o seu contexto.

4 METODOLOGIA

Conforme Gil (2010), as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou de hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Assim, essa abordagem é caracterizada pela pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa do tipo descritivo-exploratória, visto que busca trazer aspectos conceituais e históricos referentes às imagens tecnológicas e à sua relação com documentos audiovisuais na arquivologia. Para consecução da pesquisa, utilizou-se de fontes de informação, como, por exemplo, Banco de Teses e Dissertações da Capes (BTD), Biblioteca Digital

Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), periódicos científicos da área de Comunicação e Informação (área 31) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), *sites* oficiais (Conselho Nacional de Arquivos, suas publicações e orientações técnicas), normativas e diretrizes de instituições nacionais responsáveis pelas políticas arquivísticas (Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE), legislação arquivística brasileira e manuais de Arquivística, além de manuais e obras clássicas da arquivologia e bibliografia do campo da comunicação e do âmbito audiovisual.

Os termos utilizados nas buscas foram: documentos audiovisuais, documento de arquivo, produção audiovisual, audiovisual, formato de vídeo digital, imagens tecnológicas no âmbito da arquivologia e comunicação. Em relação ao material recuperado, tendo em vista tais termos descritos acima, foram utilizados 3 dicionários e 1 glossário (ambos do campo arquivístico), 3 dispositivos legais (leis), 13 artigos científicos, 12 livros (áreas da comunicação e informação), 5 manuais de Arquivística, 2 teses de doutorado e 1 dissertação de mestrado. Após a busca, foram feitas leituras e análises do material coletado para dar seguimento à pesquisa. Tal pesquisa visou construir uma abordagem histórica e conceitual das imagens tecnológicas e suas relações com a arquivologia, perpassando pela documentação audiovisual e por suas nuances em ambientes arquivísticos.

5 RESULTADOS

O mundo vivencia uma nova abordagem sobre o modo como as informações vêm sendo produzidas e registradas em nossa sociedade e instituições, sejam estas últimas públicas, privadas ou de economia mista, principalmente nas unidades de informação. Desde a década de 1990, quando a informática e a *internet* chegaram ao Brasil, já vínhamos sofrendo intensas mudanças no âmbito tecnológico e no digital, e, no contexto arquivístico, não poderia ser diferente, já que essas unidades informacionais passaram a produzir e registrar suas informações em meios eletrônicos e digitais em grande escala (SILVA; TAVEIRA; GUIMARÃES, 2022).

Cabe ressaltar que a problemática envolvendo os documentos audiovisuais já era frequente no meio analógico e, com o avanço da produção informacional e documental no ambiente digital, em que vídeos são produzidos em massa, a mesma dificuldade encontrada no meio analógico migrou para o contexto digital. Assim, tendo em vista essas dificuldades, sejam em âmbito analógico ou digital, verificamos que é de extrema urgência a conscientização por parte

dos órgãos responsáveis em criar e em implementar políticas arquivísticas. Essa atenção precisa ser implementada de modo a olharem com mais atenção para tais documentos, produtos das imagens tecnológicas em formato de vídeo, objetivando inseri-los nas políticas de gestão e de preservação digital arquivísticas, uma vez que são, por essência, documentos de arquivo.

Os documentos que antes eram produzidos em suporte de papel foram mudando e dando lugar aos documentos digitais em seus diversos formatos (texto, som, imagem e vídeo), que se caracterizam pela codificação em dígitos binários e pelo acesso por sistema computacional. Nessa direção, um documento digital pode ser um documento digitalizado ou um documento nato-digital (CONARQ, 2020), isto é, aqueles que foram produzidos em ambiente digital, tal como um documento produzido por editores de textos, imagens, vídeos, por uma câmera digital e tantos outros meios de produção no formato digital (CONARQ, 2020). Porém, a cultura do papel/analógica ainda permanece latente, pois os mesmos documentos produzidos de forma digital ainda eram impressos, assinados e guardados em suporte papel, como apontam Gava e Flores (2020).

Já o documento digital em formatos de imagem, som e vídeo – produtos das imagens tecnológicas (paradigma pós-fotográfico) –, em ambiente de arquivo, isto é, aquele produzido pelas instituições nas rotinas administrativas, cujos formatos se apresentam em ambiente digital, é definido como a informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional (CONARQ, 2015; SILVA; TAVEIRA; GUIMARÃES, 2022).

O formato digital assumido por essas informações orgânicas é o termo que se usa para identificar a forma que um arquivo é armazenado no computador e como é reconhecido por ele. O vídeo digital, em vez de ter uma representação eletrônica analógica, usa uma representação finita de estados (dois: zero e um) e, assim, o vídeo digital pode ser obtido de duas formas: por síntese – *rendering* – ou digitalização de vídeo analógico, como destaca Carvalho (2007).

Quadro 2 – Formatos de vídeo

FORMATOS DE VÍDEO			
ANALÓGICO	STATUS	DIGITAL	STATUS
Quadruplex 2 polegadas	Obsoleto	AVI	Em uso
Philips (meia polegada - rolo)	Obsoleto	MOV	Em uso
Umatic	Obsoleto	MPEG 1, 2, 3, 4	Em uso
Betamax	Obsoleto	HMV	Em uso
VHS (<i>video home system</i>)	Em declínio	H.264	Em uso
Betacam	Em declínio	DIVX	Em uso
1 polegada - formatos A, B, C, D	Obsoleto	XVID	Em uso
Vídeo 8	Obsoleto	RAM	Em uso
Disco <i>laser</i> analógico	Obsoleto	WMV	Em uso

DVD (<i>digital versatile disc</i>)	Em uso	FLV	Em uso
VCD (<i>video compact disc</i>)	Obsoleto	WebM	Em uso

Fonte: elaborado pelos autores, baseados em Edmondson (2017) e Maayan (2020).

Além dessas mudanças serem inseridas no cotidiano de unidades de informação, os procedimentos, métodos e técnicas de produção e organização da informação, oriundos da arquivologia, biblioteconomia, museologia e Ciência da Informação, também têm se modificado e se adequado a esse novo contexto emergente e veloz, ocasionado pela Transformação Digital. De acordo com Rabelo (2020), a Transformação Digital é um processo em que empresas fazem uso da tecnologia para melhorar o desempenho, aumentar o alcance e garantir resultados melhores. É uma mudança estrutural nas organizações, dando um papel essencial à tecnologia. É importante destacar que tais avanços tecnológicos se dão na chamada Indústria 4.0 ou, como tem sido denominada, Quarta Revolução Industrial, de modo que existe uma revolução da tecnologia altamente avançada nos ambientes organizacionais e industriais complexos. Nessa linha,

A Indústria 4.0, vai além da integração dos processos associados à produção e distribuição, envolvendo todas as diversas etapas da cadeia de valor: do desenvolvimento de novos produtos, como projeto, testes e até mesmo a simulação das condições de produção e o pós-venda. Dessa forma permite a criação de valor nos mais diversos níveis e é importante analisar o impacto e os desafios que as empresas enfrentarão nesta nova revolução (BECKER *et al*, 2018, p. 126).

A partir dessas mudanças e dinamismos da Indústria 4.0, o *modus operandi* com que as pessoas interagem com a realidade à sua volta consta em um novo formato de funcionamento, tornando-se cada vez mais inteligente, ágil, dinâmico e veloz, com avanços inerentes aos usos das TIC, como destaca Ramos (2010):

Nos anos 70, começaram a abrir novas opções para a transformação de dados em informações, melhorando os sistemas de acordo com as necessidades da empresa. Passados dez anos, começou a ocorrer mudanças tecnológicas, pois o termo “Tecnologia da Informação” passou a ser mais usado. Foi nessa altura que os gerentes de banco de dados dominaram o mercado, reduzindo os custos dos PCs e *softwares*, na busca de novas estratégias com base nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Em 1990, na perspectiva de otimizar o funcionamento das empresas, a integração tecnológica facilitou a troca e o acesso às informações (RAMOS, 2010, p. 3).

Diante dessas transformações das TIC, há uma necessidade urgente de adequar e readequar processos informacionais aos novos suportes e formatos digitais, de modo que se possa garantir maior durabilidade através dos *hardwares* e *softwares*. Também há necessidade de adequar a própria organização da informação produzida, gerida, utilizada, reutilizada, por um tempo consideravelmente seguro, seguindo critérios preestabelecidos por normativas arquivísticas e planos de preservação arquivística digital, para que não haja perda de informação

orgânica. Analisando conceitos históricos e teóricos das imagens tecnológicas, em conjunto com as nuances do ambiente digital, levantamos interpretações, levando em consideração as suas diferenças e os desafios dentro dos ambientes organizacionais.

Considera-se que a linguagem e a técnica empregadas na produção das imagens tecnológicas e digitais são distintas da linguagem textual e têm seus suportes diferenciados, apresentando, assim, um tratamento diferente, despendido por falta de compreensão. Assim, para assimilar uma compreensão adequada de como lidar com tais documentos, desde sua produção até o acesso, faz-se necessário entender a linguagem, a produção audiovisual, os paradigmas fotográficos e pós-fotográficos. Observa-se que as linguagens e as técnicas fotográficas, televisiva e videográfica têm suas distinções; mesmo que cada uma tenha sua base na era fotográfica, não podem ser tratadas de igual forma.

Nas definições e entendimento dos autores, é possível observar percepções distintas e falta de compreensão ao se referirem ao documento audiovisual (analógico) ou formatos de vídeo digital (digitais), pois ainda é visto como um documento que detém menos importância frente aos demais documentos textuais (analógicos) ou digitais em formato de texto (digitais). Abordar e esclarecer as dúvidas no que tange ao meio adequado de gerir, preservar e tratar o documento, além de considerá-lo um documento de arquivo, é necessário, para que se possa dar a devida importância à gestão destes independentemente do seu suporte.

Ao longo dos anos, nota-se que os documentos impressos foram migrando para o meio digital, proporcionando melhorias em sua acessibilidade para a sociedade da informação. Dessa forma, o documento digital (formatos de texto, vídeo, imagem, som) alcançou um novo patamar dentro das instituições, bem como rotinas administrativas, proporcionando a otimização de tempo e praticidade para os profissionais da área. Dentro do ambiente digital relacionado às estratégias arquivísticas para preservar as informações e os documentos orgânicos, fazem-se presentes plataformas que auxiliam o fazer arquivístico, como é o caso do SIGAD³ e RDC-Arq⁴, que operam técnicas de gestão arquivística documental, que, por meio de *softwares*, *hardwares* e metadados, auxiliam quanto ao gerenciamento de documentos digitais, preservando adequadamente sua organicidade e demais requisitos arquivísticos inerentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

3 Conjunto de procedimentos e de operações técnicas cuja interação permite a eficiência e a eficácia da gestão arquivística de documentos (CONARQ, 2020, p. 44).

4 Repositório digital que armazena e gerencia documentos arquivísticos, seja nas fases corrente e intermediária, seja na fase permanente (CONARQ, 2020, p. 42).

Diante da Transformação Digital e seus processos, o advento da tecnologia 4G e 5G, passando pela instauração da Indústria 4.0, pelo avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), pela obsolescência dos suportes e formatos dos documentos digitais e pela grande quantidade de massa informacional produzidas cotidianamente, há uma necessidade cada vez maior em se (re)pensar ações e estratégias arquivísticas. Essas ações e estratégias objetivam formas adequadas de gestão da informação orgânica que contribuam para o desenvolvimento e revisão de referenciais teórico-metodológicos voltados à hibridização, principalmente no contexto arquivístico.

Dessa forma, promover tais abordagens, no que tange aos documentos audiovisuais e aos digitais em formato de vídeo, bem como sua preservação dentro dos padrões arquivísticos e das plataformas de gestão e de preservação consistem em uma necessidade urgente. Tal promoção visa garantir a fidedignidade e o caráter de prova de atos administrativos, quando devidamente preservados em todo seu contexto (produção, tramitação, gerenciamento, uso, reuso e arquivamento). Sendo assim, compreendemos que estudos como este visam colaborar para o saber científico em arquivologia, de modo a apoiar o fazer no processo de tomada de decisão, além de apoiar outros usos que tais documentos possam oferecer, como, por exemplo, memória organizacional, gestão do conhecimento, etc.

Assim, reafirma-se a importância de se reconhecer o caráter de arquivo dos documentos audiovisuais, em ambiente analógico, e dos documentos digitais em formato de vídeo, uma vez que tal compreensão evita equívocos nos processos de gestão documental aplicada. Ainda, a partir do breve estudo sobre os conceitos, diretrizes e orientações referentes à preservação arquivística digital, verificamos que tais plataformas, como, por exemplo, o SIGAD, com suas devidas modelagens, e os RDC-Arq despontam como estratégias de gestão e de preservação arquivística digital confiáveis no contexto de ambiente e documentos digitais.

Contudo, assim como no mundo analógico, o que se percebe é a falta de um olhar integrador para todo o processo arquivístico, uma vez que os formatos de vídeo têm sido pouco tratados no processo, ficando à margem em detrimento dos formatos tradicionais de texto. Cabe destacar que deve haver uma convergência entre estudos e práticas acadêmicas, de instituições responsáveis por políticas arquivísticas e de demais contextos que incidem direta ou indiretamente sobre a produção das imagens tecnológicas em ambientes arquivísticos contemporâneos complexos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 jan. 1991.

BECKER, A. *et al.* Os conceitos da indústria 4.0 associados a abordagem da capacidade dinâmica. **Anais da Engenharia de Produção**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 123-136, jul. 2018. Disponível em: <https://uceff.edu.br/anais/index.php/engprod/article/view/203>. Acesso em: 04 jul 2022.

BELLOTO, H. L; CAMARGO, A. M. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: AAB, 1996.

BELLOTO, H. L. **Arquivística-objeto, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CARVALHO, P. M. **Vídeo digital**. Tele mídia: Universidade do Minho, 2007.

CIRNE, M. T; FERREIRA, S. M. A ética para os profissionais da informação audiovisual: o dever tecnológico amoldar uma atitude. **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação Cadernos BAD: Revista da APBAD**, Lisboa, n. 1. p. 115-129, 2002.

CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE). **Glossário (versão 8.0)**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/glosctde_2020_08_07.pdf. Acesso em: 03 mar. 2022.

CONARQ (Brasil). **Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais RDC – Arq**. Arquivo Nacional: Rio de Janeiro, 2015.

CORDEIRO, R. I. de N. **Informação e movimento: uma ciência da arte fílmica**. Rio de Janeiro: Madgráfica Editora, 2000.

DELMAS, B. **Arquivos para quê? textos escolhidos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

EDMONDSON, R. **Arquivística audiovisual: filosofia e princípios**. Trad. de Carlos Roberto Rodrigues de Souza. Brasília: UNESCO, 2017.

GAVA, T. B. S; FLORES, D. Repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq) como plataforma de preservação digital em um ambiente de gestão arquivística. **Informação & Informação**, v. 25, n. 2, p. 74-99, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HEREDIA-HERRERA, A. La fotografía y los archivos. *In*: FORO IBEROAMERICANO DE LA RÁBIDA. Jornadas archivísticas, 2., 1993, Palos de la frontera. **Anais [...]**. Huelva: diputación provincial, 1993.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antonio Houaiss, Objetiva, 2009.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making**. Clarendon Press, 1922.

LACERDA, A. L. de. **A fotografia nos arquivos: um estudo sobre a produção institucional de documentos fotográficos das atividades da Fundação Rockefeller no Brasil no combate à febre amarela**. Tese. (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP, São Paulo, 2008.

LEITE, M. M. **Retratos de família: leitura da fotografia**. São Paulo: Edusp, 1993.

LOPEZ, A. P. A. **As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos**. 2000, f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

LOPEZ, A. P. A. Princípios arquivísticos e documentos digitais. **Arquivo Rio Claro**, Rio Claro, v. 2, p. 70-85, 2004.

MAAYAN, G. D. **8 Best Video File Formats for 2020**. New York: Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE), 2020. Disponível em: <https://www.computer.org/publications/tech-news/trends/8-best-video-file-formats-for-2020>. Acesso em: 04 jul 2022.

O DILEMA digital: questões estratégicas na guarda e no acesso a materiais cinematográficos digitais. São Paulo, 2010. Disponível em: http://cinemateca.gov.br/sites/default/files/Dilema_Digital_1_PTBR.pdf. Acesso em: 04 jul. 2022.

O DILEMA digital 2: perspectivas de cineastas independentes, documentaristas e arquivos audiovisuais sem fins lucrativos. São Paulo: Instituto Butantan, 2005. Disponível em: http://cinemateca.gov.br/sites/default/files/Dilema_Digital_2_PTBR.pdf. Acesso em: 04 jul. 2022.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

RABELO, A. Transformação Digital: o que é e quais os seus impactos na sociedade. **Blog Rockcontent**. [S. l.], 11 mar., 2020. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/transformacao-digital/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

RAMOS, M. do R. D. **A importância da tecnologia da informação e comunicação nas Organizações de Serviços de Contabilidade**. Mindelo, 2010.

SANTAELLA, L. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTAELLA, L. **Produção de linguagem e ideologia**. São Paulo: Cortez, 1996.

SCHAEFFER, J-M. **A imagem precária**. Campinas: Papyrus, 1996.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SILVA, L. A. S.; TAVEIRA, A. S.; GUIMARÃES, P. R. Estratégias arquivísticas para preservação digital de documentos arquivísticos digitais (DAD) em formato de imagem. **Archeion Online**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 18-37, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/62502>. Acesso em: 5 jul. 2022.

SILVA, L. A. S. **Documentos audiovisuais: reflexões no contexto arquivístico brasileiro**. 1. ed. Embu das Artes/Manaus: Alexa Cultural; EDUA, 2020. v. 1. 242p.

SILVA, L. A. S. da; MADIO, T. C. de C. Documentos audiovisuais são arquivos? Reflexões a partir de conceitos clássicos e contemporâneos. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 23, n. 47, p. 35–56, 2013. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/450>. Acesso em: 23 mar. 2022.

SILVA, L. A. S. da. **Abordagens do documento audiovisual no campo teórico da arquivologia**. 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93678>. Acesso em: 07 mar. 2022.

SILVA, L. A. S. da *et al.* Documentos audiovisuais e iconográficos em arquivos nos séculos xx e xxi: análise dos instrumentos teóricos. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 26, n. 2, p. 468-489, jul. 2021. DOI:<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n2p468>. ISSN 1981-8920. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/40775>. Acesso em: 26 abr. 2022.

SMIT, J. W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as três marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, p.81- 85, 1993.

SONTAG, S. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WERTHEIN. J. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2022.

NOTAS DE AUTORIA

Esta pesquisa é desenvolvida a partir das discussões e dos estudos realizados no Grupo de Pesquisa em Imagens Tecnológicas e Digitais (IMAGO), da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (FIC/UFAM).

Luiz Antonio Santana da Silva

Professor Adjunto II no curso de Relações Públicas na Faculdade de Informação e Comunicação

(FIC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Líder do Grupo de Pesquisa em Imagens Tecnológicas e Digitais (IMAGO) e membro do Grupo de Estudos em Relações Públicas (GERP), ambos da (FIC/ UFAM). Coordenador do projeto de extensão Cine & Vídeo Tarumã da FIC/UFAM. Doutor e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Marília. Bacharel em Arquivologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC/UNESP). Interesses de pesquisa: Informação Orgânica; Comunicação; Relações Públicas; Imagens Tecnológicas e Digitais; Tecnologias da Informação e Comunicação em ambientes digitais.

Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0929892328542357>

Carla Caroline Tavares da Silva

Graduanda no curso de Arquivologia da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Integra o Grupo de Pesquisa em Imagens Tecnológicas e Digitais (IMAGO). Interesses de pesquisa: Informação Orgânica; Arquivologia; Documentos Digitais; Imagens Tecnológicas e Digitais.

Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1343634831357003>